

O MAL ESTAR SOCIAL CONTINUA MAS A ESPERANÇA RENASCE

Por Eduardo Stotz
Do site [Encontraponto](#)

As manifestações populares desencadeadas a partir de 6 de junho de 2013 tornaram-se objeto de uma intensa reflexão e debate nos meios políticos, midiáticos e acadêmicos. Há uma unanimidade no entendimento que de país atravessa um novo momento político. Esse momento genericamente batizado pela grande mídia e aceito pelo governo Dilma como “a voz das ruas” foi marcado pela conquista nacional de uma reivindicação nitidamente popular, de interesse das classes trabalhadoras: a revogação dos aumentos das tarifas dos transportes públicos, com o restabelecimento dos preços anteriores.

O fato em si traz, aliás, uma implicação política sobre a qual poucos ousam falar. A saber, de que os preços da economia capitalista possam ser decididos politicamente. Certamente a burguesia não está satisfeita com os governos, em qualquer nível de autoridade (municipal, estadual ou federal), quanto a este desfecho capaz de por em questão a ordem capitalista.

Mas este é apenas um dos traços do profundo mal-estar social que afeta praticamente todas as classes. As manifestações de junho, protagonizadas pelo Movimento Passe Livre, massificaram-se com a ida às ruas de novos segmentos sociais. A forma difusa de organização, praticamente com o uso das chamadas redes sociais (Facebook, Twiter, etc.), o caráter individualizado das manifestações, o xingamento da presidente da república e o recurso à bandeira nacional como símbolo de união, afirmado no refrão “sou brasileiro com muito orgulho e muito amor” a ecoar nas ruas, deixava entrever a entrada da pequena-burguesia na cena política. Acompanhando essa multidão, grupos de extrema-direita e policiais infiltrados agiam para reforçar o vandalismo e, principalmente, os saques às lojas comerciais, de modo a justificar a repressão indiscriminada e, assim, a esvaziar as ruas pelo medo da violência.

Entretanto o que mobilizou milhares de pessoas nas ruas e, com elas, a maioria da sociedade, a ponto de obrigar o governo federal a convocar ministros, governadores estaduais e prefeitos das capitais e responder à “voz das ruas”? Obviamente o aumento súbito das tarifas dos transportes públicos e a inflação em alta constituíram o motivo imediato das manifestações em sua primeira fase, mas não “o fogo que acendeu o pavio” como afirma a **Intersindical**.

Analistas de direita chamaram atenção para o paradoxo do descontentamento social no contexto de crescimento econômico dos últimos anos, com aumento do poder de compra dos salários e aumento da capacidade de consumo da maioria da população. O paradoxo se explicaria porque as melhorias teriam ficado limitadas ao plano dos indivíduos e âmbito familiar. O sistema político instituído pela coalizão PT-PMDB no governo desde 2006 teria sido vítima de seu sucesso na medida de sua incapacidade em prover, do ponto de vista público, os bens e serviços de consumo coletivo que materializam direitos como educação, saúde, transporte. A visibilidade da corrupção garantida pela grande mídia tornaria insuportável a consciência de que quanto mais se trabalha e paga impostos menos se tem acesso a esses bens e serviços.

Essa visão da direita é a forma da politização promovida pela grande mídia, diariamente, como um martelo a extrair a credibilidade do governo de coalizão e acrescentar pontos nas alternativas eleitorais para 2014, a exemplo de Marina Silva, Eduardo Campos e até o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Sempre na expectativa de um desdobramento de processos jurídicos que possam inclusive colocar o governo no banco dos réus e suscitar o impeachment da presidente. Obviamente, ganhos para a antiga aliança PSDB-DEM.

No outro lado da moeda, o PT e as organizações sindicais e sociais de apoio ao governo de coalizão de Dilma Roussef retomam a posição da direita para interpretá-la como ameaça às conquistas sociais expressas no aumento da renda da maioria da população. Ao mesmo tempo, a liderança petista começa a pedir a cabeça de Guido Mantega, por que a política econômica de concessão de benefícios às empresas não produziu o resultado de retomar o crescimento econômico e sustentar tais conquistas pelo menos até as vésperas da eleição presidencial de 2014.

Nesse contexto de polarização política, o PMDB volta a ocupar o papel de fiel da balança, expresso, aliás, na sua crescente autonomia frente ao governo de coalizão do qual é o principal sustentáculo.

Mas o “fogo que acendeu o pavio” se mantém e, com ele, o mal estar social. Apesar das tentativas de aprisionar o conflito social no esquema de poder vigente – por meio da polarização PT-PSDB conduzida no estreito trilho dos processos eleitorais – as determinações estruturais dificultam esse enquadramento. O desenvolvimento econômico capitalista no Brasil atingiu um ponto de esgotamento revelado nas baixas e instáveis taxas de crescimento. O problema é que a retomada desse crescimento passa pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho e pela redução da renda do trabalho. Os trabalhadores, por sua vez, exigem não apenas aumentos salariais, mas também mais vagas no sistema de cotas nas universidades públicas e atendimentos adequados nos planos de saúde, cada vez mais, pelas filas de espera, encarados como um subsistema do SUS. Tais reivindicações não apenas confrontam a burguesia na medida em que implicam na distribuição direta e indireta da renda em favor do trabalho. Também confrontam a pequena-burguesia, cada vez mais enraivecida pelas perdas acarretadas por essa “intrusão” das classes trabalhadoras mais bem pagas, a exemplo do que acontece no ensino superior em torno das cotas para negros e pobres, ou da regulamentação do serviço doméstico. Marilena Chauí chamou-a de classe média “fascista” porque seu sentimento de classe caminha no sentido de sobrepor seus interesses pela força, em nome da moralidade pública e da defesa nacional.

O temor da volta da direita “histórica”, da velha classe média golpista dos idos de 1964, suscitou, em 21 de junho, uma tentativa de criar uma frente única de esquerda. Convocação fugaz da Alternativa de Esquerda (PT), PSTU e PSOL, não logrou tomar forma dado o enquadramento político provocado pela direção do PT, com Lula à frente. Mas a iniciativa deixa entrever a necessidade da criação de um novo partido, de uma liderança à altura do momento histórico atual, capaz de se colocar à frente das mobilizações de massa da classe operária e demais classes trabalhadoras na medida em que, ao reforçar suas reivindicações próprias, a autonomia de suas formas de luta e de organização, contribua para a consciência dos interesses de classe em jogo.